

1.7 • Conjuntura internacional

A Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe

Nancy Gomes

A REGIÃO DA AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS caracteriza-se principalmente pela diversidade e heterogeneidade. Efectivamente, se considerarmos determinados elementos físicos e humanos, históricos e culturais, sociais, políticos e económicos, conseguimos identificar dentro da região várias sub-regiões. Podemos falar assim, por exemplo, de uma Hispano, Luso ou Ibero-América, uma América Andina ou Amazónica, uma América mais Atlântica, mais Pacífica ou mais Caribenha, uma América Indígena, uma América Bolivariana, uma América Emergente.

A ideia de laboratório

Esta região, diversa e heterogénea, tem sido ao longo da sua história, um verdadeiro laboratório de todo tipo de experiências. No âmbito cultural, e como resultado do encontro dos vários mundos, a mestiçagem hoje caracteriza uma boa parte da população Latino-Americana. A política externa de determinados estados extra-regionais, como a dos EUA, encontrou na região o laboratório perfeito para testar o seu “destino manifesto”, a “doutrina Monroe”, a política do *big stick*, a “di-

plomacia do dólar”, a “política da boa vizinhança”. Vários dos princípios – hoje consagrados no Direito Internacional – como o de “Não Intervenção” ou a “Proibição do Uso da Força para Cobrar Dívidas Externas”, foram definidos e redefinidos a partir de experiências únicas Latino-Americanas, nacionais e regionais. O “Consenso de Cartagena” e a Renegociação das dívidas junto com os “Plano Baker” e “Plano Brady”, resultaram da experiência de uma verdadeira “diplomacia económica” praticada pelos países da região, desde adentro. A mesma ideia de laboratório se aplica se olharmos para a região, e para as inúmeras experiências integracionistas que se sucedem, entre os vários estados. Efectivamente, a América Latina nasce primeiro como uma integração (ao contrário de outras realidades) sob a hegemonia de Espanha e Portugal e através da língua e da cultura que impõem os colonizadores<sup>1</sup>.

Com Simón Bolívar e o seu projecto de criação de uma Confederação de Nações Americanas, assistimos a uma outra etapa da integração, desta vez com o objectivo de promover a igualdade entre os novos estados e a unidade necessária

AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS: ESQUEMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO

- CEPAL (finais dos anos 50);
- ALALC (1960). Evolui para ALADI (1980);
- MCCA (1960);
- CARIFTA (anos 60). Evolui para CARICOM (1973);
- Pacto Andino (1969). Evolui para Comunidade Andina (1996);
- Pacto Amazónico (1978);
- Pacto de San José (1979);
- Consenso de Cartagena (21-22 Junho 1984);
- Grupo Contadora (1983) + Grupo de Apoio (1985) = Grupo de Rio (anos 90);
- SICA (1991);
- MERCOSUL (1991);
- MCC (1992);
- Grupo dos Três (1995);
- Comunidade Sul-Americana de Nações (2004). Evoluiu para UNASUL (2008);
- ALBA (2004);
- CELAC (2010);
- Alianza del pacífico (2012).



América Latina e Caraíbas. Adaptação: OBSERVARE.

para fazer face às pretensões hegemónicas externas. No Congresso Anfictiónico do Panamá de 1826, Simón Bolívar propõe a assinatura de um Tratado de Aliança ofensiva e defensiva, a demarcação fronteiriça tendo em conta o *uti possidetis* de 1810<sup>2</sup>, e o uso da conciliação e da mediação na solução dos conflitos. Tratava-se da primeira Conferencia de Estados que se reunia naquela parte do mundo, e que procurou através da cooperação internacional a solução dos problemas comuns<sup>3</sup>. Vários autores distinguem uma outra fase do processo integracionista, a partir da solidariedade política e o apoio dos generais Venezuelanos, Colombianos, Argentinos, Uruguaios, Dominicanos ao México de Juarez. Foi em meados do século XIX, quando a América Latina se manifesta unida a favor da reforma e contra qualquer tentativa de reconquista por parte de Europa, neste caso particularmente, das pretensões de ocupação da França Napoleónica<sup>4</sup>. No lugar de uma Confederação de Nações Americanas (como pretendia Bolívar), com a realização da I Conferência Pan-americana – promovida por Washington – vai ser criado a partir de 1889<sup>5</sup>, o “Sistema Interamericano”. Trata-se de um sistema claramente hierárquico que adopta como principais instrumentos jurídicos, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, 1947) e a Organização dos Estados Americanos (OEA, 1948). O processo de integração, como opção contrária ao pan-americanismo (que incluía os EUA), poderemos dizer que teve o seu início com a Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), orga-

## ETAPAS PARA UMA CONVERGÊNCIA POLÍTICA: O GRUPO DO RIO

A Colômbia, o México, o Panamá e a Venezuela acordaram em Janeiro de 1983 - no contexto da Guerra Fria - unificar os seus esforços para promover a paz na América Central, e evitar uma intervenção armada por parte dos EUA. Este pequeno grupo de países conhecido como “Grupo Contadora” elaborou um Plano de Paz em Setembro de 1984. Em 1986, a Argentina, o Brasil, o Peru e o Uruguai (“Grupo de Apoio”), e mais tarde na década de 1990, o Chile, a Bolívia e o Equador somaram-se a esta iniciativa político-diplomática, que passou a ser conhecido como o “Grupo de Rio”, ampliando-se gradualmente para uma total de 23 países.

O campo de acção do Grupo de Rio, no sentido da concertação das posições dos estados membros, foi delimitado para os assuntos de natureza exclusivamente política. Assim, o Grupo de Rio constituiu o espaço mais apropriado para consultas, troca de informações e eventuais iniciativas conjuntas, decididas sempre por consenso. Ao longo de mais de duas décadas, foram realizadas vinte e uma Cimeiras. Os temas tratados incluíram temas como os Direitos do Homem e o fenómeno das Migrações.

O Grupo do Rio passou a ser considerado, de igual forma, como um mecanismo regional representativo da América Latina e do Caribe em relação a outros países e blocos. Os contactos políticos institucionalizados do Grupo do Rio com terceiros promoveram o diálogo inter-regional entre autoridades do mais alto nível, entre os quais destaca-se o diálogo Grupo do Rio – União Europeia, com o intercâmbio de pontos de vista sobre importantes temas da agenda internacional.

nismo criado para o estudo da problemática económica Latino-Americana, assessorada pela ONU, a primeira instância com que contava a região para a sua acção conjunta. Em 1957, o Comité do Comércio da CEPAL criou um Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano, de cujo relatório resultou o Acordo de Montevideo de 1960, pelo qual se criou a Associação Latino-Americana para o Livre Comércio (ALALC). A partir da ALALC, encontramos a origem dos esquemas político-jurídico-económicos de integração que se sucedem e que conhecemos até hoje, quicá com a excepção da recém-constituída Aliança do Pacífico (integrada pelo Chile, o Peru, a Colômbia e o México), mais centrada na questão prática da expansão dos seus mercados para a região de Ásia-Pacífico que no objectivo da concertação política regional.

### A Criação da CELAC

Desde a Associação Latino-Americana da Integração ou ALADI, passando pela Comunidade Andina e pelo MERCOSUL e a UNASUL, a orientação que prevalece nesta dinâmica de integração Latino-Americana, parece ser a multiplicação de mecanismos com o objectivo de confluir nalgum momento para um mesmo ponto de encontro. Nesse sentido, e por iniciativa do Brasil, foi realizada a I Cimeira América Latina e Caraíbas (33 países) ou CALC, na Costa de Sauipe (Bahia) em Dezembro de 2008.

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe ou CELAC, foi criada na “Cimeira da Unidade da América Latina e do Caribe”, realizada

na Riviera Maya (México), em Fevereiro de 2010. Esta Cimeira da Unidade compreendia a II CALC sobre “Integração e Desenvolvimento” e a XXI Cimeira do Grupo do Rio. Nessa ocasião, decidiu-se que a CELAC passaria a ser um mecanismo de concertação política e integração, que incluiria os trinta e três países da América do Sul, América Central e Caribe, assumindo assim o “património histórico” do Grupo do Rio. As áreas de acção que lhe foram definidas são cinco: política, energia, desenvolvimento social, ambiente e economia.

“  
Este esquema de concertação política representa [...] a aspiração de uma região mais autónoma dos centros de decisão mundiais, de participar com uma única voz e em pé de igualdade, num mundo multipolar.”

Em Julho de 2011, realizou-se na Venezuela, a III CALC. Durante a sessão de encerramento do encontro em Caracas foram aprovadas a Declaração de Caracas, o Plano de Acção 2012 e o estatuto de procedimento da CELAC. Foi aprovada também uma Declaração especial sobre a Defesa das Democracias e dezoito comunicados especiais sobre distintos temas (incluindo três comunicados através dos quais as partes pedem o fim do bloqueio a

Cuba, apoio às reclamações Argentinas das ilhas Malvinas, e uma maior solidariedade para com o Haiti). A Declaração de Caracas consagra valores tão tradicionais como a autodeterminação, a soberania nacional e a não ingerência nos assuntos internos dos países. Ainda, na “Declaração de Caracas” os países se comprometem a adoptar como princípio a solução pacífica das controvérsias e fica proibido “o uso ou ameaça de uso da força”.<sup>6</sup> No campo económico, os países-membros se comprometem a estudar um plano de redução das tarifas alfandegárias para aumentar o intercâmbio comercial, como medida para enfrentar a crise financeira internacional.

Para já, a CELAC não dispõe de estrutura permanente nem orçamento próprio. Daí que um dos seus primeiros desafios será “passar da afirmação de uma identidade e articulação política a uma institucionalidade que permita aos países tomar decisões”<sup>7</sup>. A alternativa encontrada para garantir a sua gestão foi uma presidência *pro tempore*, a cargo do país que organize a Cimeira, apoiada numa especie de “troika”. A próxima Cimeira será realizada em Janeiro de 2013, no Chile (país que detém actualmente a presidência), coincidindo com a Cimeira América Latina e Caraíbas – União Europeia. Em 2014, será a vez de Cuba.

Este esquema de concertação política representa simbolicamente por enquanto (pelo baixo grau institucional que possui), a aspiração de uma região mais autónoma dos centros de decisão mundiais, de participar com uma única voz e em pé de igualdade, num mundo multipolar. A região com grandes potencialidades, e oportunidades ao seu favor não deverá, no obstante, se esquecer dos inúmeros obstáculos e desafios que tem pela frente. ■

### Notas

<sup>1</sup> GARCIA, Arturo Oropeza (2010), “Latinoamerica: el Futuro de la Memoria o la Memoria del Futuro”. Biblioteca Jurídica Virtual do IJ da UNAM. Consultado [online] em 21-10-2012, <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/6/2923/9.pdf>

<sup>2</sup> A demarcação fronteiriça dos novos Estados Americanos deveria respeitar à partida, ou seja provisoriamente e antes de um novo tratado, as fronteiras anteriores à independência.

<sup>3</sup> GOMES, Nancy Elena Ferreira (2010). “Bolívar: 200 anos depois”. Notas e Reflexões, *JANUS.NET* e-journal of International Relations, Vol. 2, N.º 1, Primavera 2011. Consultado [online] em 25-06-2012, [observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol2\\_n1\\_not4](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_not4).

<sup>4</sup> GARCIA, Arturo Oropeza (op cit).

<sup>5</sup> I Conferencia Pan-americana (EUA, 1889-1890), II Conferencia Pan-americana (México, 1902), III Conferencia Pan-americana (Brasil, 1906), IV Conferencia Pan-americana (Argentina, 1910), V Conferencia Pan-americana (Chile, 1923), VI Conferencia Pan-americana (Cuba, 1928), VII Conferencia Interamericana (Uruguai, 1933), VIII Conferencia Interamericana (Peru, 1938), IX Conferencia Interamericana (Colômbia, 1948).

<sup>6</sup> Convém destacar que, com a criação da CELAC, Cuba – signatária da cláusula democrática – volta à esfera de integração política hemisférica, de onde esteve isolada desde 1962, quando a ilha foi expulsa da OEA.

<sup>7</sup> Luis Fernando Ayerbe, entrevistado por Claudia Jardim (2011) “Presidentes latino-americanos criam novo bloco regional e deixam EUA de fora” BBC Brasil. Disponível em [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111201\\_celac\\_desafios\\_cj.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111201_celac_desafios_cj.shtml)

### Referências bibliográficas

ATKINS, G. Pope — *Latin America in the International Political System*. Westview Press. Boulder, Colorado, 1989. ISBN 0-8133-0526-8).

Factores positivos	Dificuldades e desafios
A consolidação da democracia com raras excepções, e a maturidade política dos Estados.	Desníveis económicos entre os Estados. Desigualdade evidente em termos de desenvolvimento.
O crescimento sustentável da maioria dos países.	A persistência de certos nacionalismos e desconfianças.
O combate eficaz à pobreza e indigência.	Existem poucas infraestruturas físicas necessárias.
A vontade política e o compromisso do conjunto dos países de avançar nas estratégias de integração.	O multilateralismo cede muitas vezes perante os esquemas bilaterais de conveniência.
Um certo protagonismo mundial.	Na região, os principais sócios dos Estados estão fora (EUA ou a China). Baixa complementaridade.
	Uma percepção desigual das ameaças.

**América Latina e Caraíbas: diálogo, concertação política, cooperação e integração.**

Fonte: Nancy Gomes.